

NEM ESQUERDAS E NEM REVOLUÇÃO, O PROCESSO DE BUSCA DO CENTRO

Os comunistas não se rebaixam a ocultar suas opiniões e os seus propósitos. Declaram abertamente que os seus objetivos só poderão ser alcançados pela derrubada violenta de toda ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista. Nela, os proletários nada tem a perder a não ser suas prisões, tem um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!

Karl Marx

ANGELA PERALVA BAUMGRATZ MARQUES
Mestre em História pela UFES

VALTER PIRES PEREIRA
Doutor em História e Professor do PPGHis/UFES

RESUMO: O artigo apresenta a análise de uma das variáveis que contribuiu para o êxito eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2002. Destaca-se aqui o deslocamento do partido rumo ao centro do espectro-político, o qual foi possível a partir do isolamento interno das tendências de esquerda. Como aporte teórico recorreu-se à premissa Sartoriana de partido anti-sistema.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores (Brasil), tendências, partido anti-sistema.

ABSTRACT: This article presents an analysis of possibility of variables for the Work Party's electoral success in 2002. Showing here the displacement Party toward political spectrum center, which was possible by internal isolate left-wing. As theoretical basis was used the Sartori's anti-system party.

Key words: Work Party's (Brasil), left-wing, anti-system party.

Em 2002, o êxito eleitoral do PT não se restringiu em vencer as eleições presidenciais; o partido foi coroado com um resultado positivo em todo o país, seja em eleições majoritárias ou proporcionais.

Buscando explicar as variáveis que contribuíram para a vitória do PT em 2002, principalmente nas eleições presidenciais, alguns autores destacaram o processo de deslocamento do partido rumo ao centro do espectro-político, somado ao esgotamento das políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que não foi capaz de atender às demandas sociais.

Mas qual a relação entre a vitória de Lula e o crescimento da bancada do PT na Alemg? Para esclarecer é preciso retomar alguns pontos que já foram assinalados nesta pesquisa.

Primeiro, o Partido dos Trabalhadores prima por uma unidade tanto de discurso como de ação, estabelecendo propostas e práticas políticas que são defendidas tanto na esfera do Executivo como do Legislativo. Os candidatos ao Legislativo não podem fazer uma campanha ou muito menos procederem de forma independente do partido.

O PT é um dos partidos que possui o maior grau de controle sobre seus representantes, graças ao chamado centralismo democrático. O artigo 63 do novo Estatuto do partido adverte que as “[...] bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção (nível correspondente ou superior). São realizadas reuniões periódicas conjuntas com participação das comissões executivas para o fechamento de questões”.

Segundo, após analisar o desempenho do Legislativo durante os anos de 1990, foi possível perceber que existe um vínculo entre a campanha para as eleições majoritárias e as proporcionais, principalmente porque nosso sistema eleitoral permite a competição intrapartidária, fazendo com que candidatos busquem o apoio e divulguem sua imagem, vinculando-a aos candidatos do processo majoritário.

Terceiro, porque o processo de alianças costurado pelo partido, nas eleições de 2002, foi fundamental para o resultado final da eleição, uma vez que não foi apenas o voto nominal que proporcionou o crescimento da bancada; o voto de legenda muito contribuiu para que o partido elege-se seus quinze representantes. O partido abandonou sua tradicional coerência de aliar-se somente a partidos que tivessem propostas compatíveis com a sua, ditas de esquerda e uniu-se ao PL, partido de direita,¹ que sempre manteve um discurso antiestatizante. Como pode ser

observado no quadro abaixo, que mostra as coligações eleitorais para Alemg, durante a década de 1990, coligar-se com um partido de maior grau de institucionalização evidentemente amplia a possibilidade de eleger um maior número de deputados, pois a obtenção de cadeiras na Assembléia depende diretamente do número total de votos obtidos pelo partido ou coligação. Nota-se também que a entrada do PL na chapa eleitoral influenciou profundamente o resultado, pois o PT teve um crescimento superior de 200% referente ao número de cadeiras.

Tabela 1.1 – Coligações para a ALEMG

ANO ELEITORAL	COMPOSIÇÃO	VOTOS TOTAIS (NOMINAL E LEGENDA)	NÚMERO DE ELEITOS PELA COLIGAÇÃO
1990	Frente Minas Popular (PT, PCB, PSB, PCdoB)	535.888	10 - (sendo 10 do PT)
1994	Frente Minas Popular (PT, PCB, PSB, PCdoB, PPS, PV, PSTU)	573.011	11 - (sendo 8 do PT)
1998	PT - PSB (coligação diferenciada para Alemg)	693.166	10 - (sendo 5 do PT)
2002	PT- PCdoB - PL (coligação diferenciada para Alemg)	1 838.216	23 - (sendo 15 do PT)

O PT em 2002 apresentou uma imagem *ligh*, descaracterizada da antiga figura de um partido de esquerda revolucionário. Este artigo apresenta a análise de como o PT abandonou seu discurso ideologicamente de esquerda, deslocando-se para o centro do espectro político, aliando-se ao Partido Liberal, assumindo perante a sociedade a imagem de um partido moderado, reformista e não mais revolucionário.

Na tentativa de explicar este processo de transformação, foi preciso buscar suporte teórico em Sartori (1982) que, ao qualificar o sistema pluralista extremado, destacou algumas características como: a existência de partido(s) anti-sistema, a existência de um centro que é ocupado, uma competição que tende a se deslocar para os extremos e grande distância ideológica entre os pólos. Todas estas características se enquadram indiscutivelmente como características presentes no sistema partidário brasileiro.

O PT atravessou um longo caminho migrando de partido anti-sistema a partido legitimador da ordem vigente (RIBEIRO, 2003). Não vou discutir se o PT, como governo, representa interesses neoliberais, tornando-se um legitimador do sistema. A atenção deve ser dada ao processo de transformação que culminou com o êxito eleitoral de 2002. Nesta perspectiva a leitura que é possível ser feita se limita ao processo de transformação do PT, partindo da proposta revolucionária e assumindo uma via reformista. Se ele tornou-se ou não um partido pró-sistema, isto somente poderá ser comprovado em um trabalho que avance a análise para além do ano de 2002.

Sartori (1982) classificou o partido anti-sistema como aquele que exerce uma prática de protesto e rejeição ao regime, assumindo o papel de questionador, com o objetivo de enfraquecer sua base de apoio, deslegitimando-o. Observe:

[...] todos os partidos que se situam no espectro que vai da rejeição ao protesto – desde uma oposição extraparlamentar a um tipo de oposição de Poujade, ou do Homem comum – tem em comum a propriedade de questionarem um regime e de enfraquecerem sua base de apoio. Assim sendo, um partido pode ser definido como sendo anti-sistema sempre que enfraquece a legitimidade do regime a que se opõe (SATORI, 1982, p. 158).

Segundo Sartori (1982) o partido anti-sistema nem sempre é um partido revolucionário, mas nada impede que o partido revolucionário seja um partido anti-sistema. O partido anti-sistema também é marcado pela presença de forte ideologia e pode agir tanto inserido no sistema como fora dele.

Sem dúvida o PT foi um dos principais partidos que, durante os anos de 1980, combateu não apenas os governos brasileiros, mas o regime político que se dizia em processo de *redemocratização*. A luta política do PT durante os anos de 1980 se enquadra em todas as características apresentadas por Sartori. Foi um partido que lutou contra injustiças sociais, participou de diversos movimentos de cunho político e social, defendeu o respeito pela vida, pelas minorias e por uma política internacional independente. O Partido dos Trabalhadores fundamentalmente assumiu um papel de partido anti-sistema.

A aplicação da perspectiva sartoriana de partido anti-sistema transformando-se num partido legitimador do sistema não é novidade. Ribeiro (2003), em artigo publicado em revista eletrônica, mostra como se deu o deslocamento do PT rumo ao centro do espectro político-partidário e à adoção de um discurso amplo, responsável por agregar novos setores da sociedade. Em seu artigo, além de utilizar a perspectiva sartoriana de partido anti-sistema, apoiou-se no arcabouço teórico de Panebianco (1990), utilizando sua teoria de mudança institucional, onde as transformações internas ocorridas no interior do partido são decorrentes de um processo de resposta a fatores ambientais. Ribeiro (2003, p. 3) afirma que “[...] tais reações a fatores ambientais desencadeadores só ocorrem devido à existência de pré-disposições já encontradas anteriormente no partido”.

Ao destacar os fatores externos que exerceram a pressão ambiental sobre o partido, Ribeiro destaca a derrota nas eleições de 1994, ainda em primeiro turno, processo que deflagrou uma profunda crise interna. A partir deste momento, uma nova composição de forças, que assume a direção do partido, parte para uma reestruturação organizacional. Deste modo os três processos delimitados por Panebianco² são concluídos.

Embora não discorde de Ribeiro (2003), destaco que o motor que gerou o processo de transformação do PT foi anterior às eleições de 1994. A primeira grande pressão externa que o partido sofreu foi em 1989, momento em que o colapso do socialismo foi exposto mundialmente, tornando-se então necessário apresentar-se para a sociedade como instituição capaz de ser o protagonista da defesa de um *novo modelo de socialismo*, que diferisse do chamado socialismo real que agonizava além dos muros do Leste Europeu. A imagem do PT que foi cristalizada perante a sociedade até 1989 foi a de um partido que compreendia que as mudanças na sociedade brasileira somente seriam possíveis através de transformações radicais a partir de suas bases, mesmo que tenha afirmado ser um partido de massas, socialista e *democrático*.

Partindo da trajetória histórica do PT, podem ser observados diversos momentos de crise ocorridos no interior do partido, produto das disputas e divergências de suas tendências. Entre 1978 e 1989 o partido passou por dois momentos distintos: a formação como partido de massas e de esquerda e o processo de acúmulo de forças, que para Keck (2001) representou um processo de “volta às bases”, onde o PT constituiu-se como canal de vocalização das massas e minorias. O

fruto deste processo gerou acirrados debates no interior do partido e conseqüentemente uma divisão entre as tendências, que se expressava através da dicotomia PT de base versus PT de quadros. Um dos principais momentos em que a divisão interna se mostrava mais latente era durante os Encontros e Congressos do partido e no processo de eleição dos diretórios tanto nacional como estadual.

Na tentativa de diminuir os conflitos e impedir uma fragmentação prejudicial que poderia culminar com uma ruptura interna foi aprovada a regulamentação das tendências durante o 5º Encontro realizado em 1987, onde, os grupos internos tiveram que se acomodar às diretrizes do partido, uma vez que as novas normas impuseram um processo de acomodação interna com o objetivo de construir um pensamento político hegemônico e conseqüentemente a destruição da existência de facções ou subpartidos dentro do PT. Neste período, muitas tendências sofreram transformações ou deixaram de existir. Observe:

Quadro 1.1: evolução das tendências do PT

Ano Posicionamento	1984	1990	1994	1995	1997	2001
Esquerda	CS, DS, MEP, PRC, CO, OT	CS, DS, MTM, CO, OT, FS	MTM, OT, FS (Na Luta PT)	MTM, OT, FS (Na Luta PT)	DS, OT, MTM, ND, e SL	DS, OT, MTM, ND e SL
Direita	Articulação	NE	DR	DR	DR	DR
Centro		Articulação e VS	Articulação1 Unidade na Luta (UL)	Articulação1 (UL)	Articulação1 (UL)	Articulação1 (UL)
Centro-Direita			Articulação1 (UL)	Articulação1 (UL)	Articulação1 (UL)	Articulação1 (UL)
Centro-Esquerda			Articulação2 e DS (Opção de Esquerda)	Articulação2 e DS (Opção de Esquerda)		

Fonte: Carlos Ranulfo Félix de. O PT e a democracia. 1994.³

Como pode ser observado, de acordo com o quadro acima, tivemos a extinção do PRC em 1989, seus integrantes formaram a NE e o MTM. A MEP também se dissolveu, em fins dos anos de 1980, e parte de seus militantes formaram a FS. A CS e a CO foram expulsas do partido entre 1990 e 1992 e um grupo dissidente da Articulação deu origem, em 1993, à Articulação de

Esquerda. Ainda no início dos anos de 1990 parte do grupo que integrava a VS, aproximou-se da NE. Já a ND surgiu em 1997, a partir de membros da Articulação². A Força Socialista deu origem a Socialismo e Liberdade.

Mesmo que desde 1983 a Articulação, tendência que defendeu e levou o PT rumo ao centro, já dominasse a direção nacional do partido⁴, não foi possível, durante os anos de 1980, desequilibrar as forças internas. Sua luta pela hegemonia no interior do partido somente teve um resultado mais expressivo ao longo dos anos de 1990, repercutindo na aprovação de teses e no próprio estabelecimento de políticas partidárias. Na verdade foi o resultado da guinada teórica apresentada pelo partido, após o I Congresso Nacional realizado em 1991.

Durante a primeira década de vida, o partido assumiu uma postura anti-sistema, combativo e revolucionário, fato que comprova a influência e poder dos grupos de esquerda, mesmo sem estarem à frente da direção. Para recordar⁵, basta destacar alguns momentos históricos como a formação da CUT; o boicote ao colégio eleitoral em janeiro de 1985, que culminou com a expulsão de três de seus Deputados Federais, momento em que ficou em evidência não a oposição do PT à atuação dos demais partidos, mas o enfrentamento que buscava deslegitimar o novo regime. Outro momento relevante foi a ação do partido na Constituinte – combativo e criticando o conservadorismo da *Carta*. O partido, após muita oposição, decidiu votar contra a aprovação do texto, assinando-o posteriormente, caso fosse aprovado, em sinal de respeito à ação de seus parlamentares.

Como é possível perceber, ainda nos anos de 1990, o PT apresentou ações deslegitimadoras, como no momento da luta pelo impeachment e a oposição ao Governo vigente.

O início do movimento de afastamento das esquerdas internas se deu com o processo de expurgo da Causa Operária (CO), em 1990, e da Convergência Socialista (CS), em 1992. A CO e a CS eram tendências que funcionavam como um partido no interior do partido e que não aceitavam se adequar à determinação do V Encontro, que obrigava à regulamentação e disciplina as tendências internas. Como afirmei anteriormente, estes acontecimentos representam o resultado da luta pela hegemonia interna do partido, estabelecida pela Articulação, pois com o expurgo das tendências consideradas sectárias e de extrema esquerda o seu poder fortaleceria.

Mas por que 1989 pode ser visto como marco do processo de mudança no interior do partido? Sem sombra de dúvidas este momento coincidia com a passagem para uma Nova Ordem Mundial⁶, momento do fim da Guerra Fria, da queda do Socialismo Real, no Leste Europeu e da crise do Estado de bem-estar social. Este momento histórico representou o fim da referência socialista para o mundo e, ao mesmo tempo, contribuiu para o fortalecimento do neoliberalismo e expansão da economia globalizada.

O PT representava o partido anti-sistema que buscava destruir o *status-quo*, fazendo a revolução democrática a partir de suas bases. Ao longo do Capítulo II, foram colocadas as ambigüidades das definições petistas e o caráter revolucionário subjacente ao discurso do partido; ao mesmo tempo destacou-se que, após 1990, o discurso e a prática do partido sofreram transformações.

Em 1991, o PT realizou seu primeiro Congresso Nacional. Foi a primeira guinada à direita no plano ideológico e teórico. Neste congresso foi realizada uma análise da conjuntura internacional, mostrando que os sustentáculos do socialismo desabaram no Leste Europeu⁷ e que, ao mesmo tempo, o partido redefiniu seu posicionamento – “nem socialismo, nem social-democracia”.

Grande parte deste congresso foi dedicada ao debate do que seria o socialismo petista. Na verdade este debate foi fundamental para definir as estratégias políticas, uma vez que a grande indagação mundial era se o socialismo não deu certo, não conseguiu produzir uma sociedade igualitária, qual seria o caminho para obter a igualdade social? O que as esquerdas vão fazer se perderam sua referência, tanto de política quanto de via revolucionária? E o marxismo? Seria o fim?

O que se observou como fruto deste momento de crise das esquerdas é que houve uma tendência mundial ao centrismo; inúmeros partidos em todo o mundo fizeram uma conversão rumo ao centro do espectro-político. Como consequência da crise, o revisionismo do marxismo veio à tona com muita força e influenciou mundialmente os partidos de esquerda.

Na Alemanha, o SPD (Partido Social-Democrata) mudou sua luta, buscando uma representação além de sua base trabalhista e assumiu o “*espaço do centro*”. Em outros países da Europa é possível observar o mesmo movimento⁸. A tendência passou a ser a moderação, pois esta

apresenta um maior apelo eleitoral, uma vez que permite um esvaziamento da definição ideológica.

É interessante esta polêmica em torno do processo de polarização esquerda-direita. Uma vez que existe a polarização, existe um centro, que passa a ser ocupado. Contudo, as transformações mundiais e os avanços da ideologia neoliberal não foram suficientes para acabar com a clivagem esquerda-direita. Na verdade, houve um aprofundamento das ideologias e estas estão aparecendo na sociedade de forma mais diluída, não em blocos unificados.

Partindo da perspectiva de que o PT passou por uma mudança de rumos, indo da esquerda para o centro, parece importante qualificar o que significa esquerda e, conseqüentemente, o que se entende por direita, em relação ao plano interno, no qual se determina o posicionamento das tendências, e em relação ao plano externo, no qual se determina o alojamento do partido no espectro político.

Internamente é possível determinar como direita do PT os grupos que defendem a mobilização social juntamente com a luta institucional pela via parlamentar, bem como as alianças de caráter centrista. Ao apresentar suas teses econômicas, estas tendências aceitam as regras de mercado, mas ao mesmo tempo concebem um Estado regulador da competição e promotor do bem-estar social.

As tendências que são qualificadas como centro-esquerda ou como centro-direita, priorizam as decisões democráticas, sem valorizar o espaço institucional ao ponto de sobrepo-lo às lutas sociais, apresentando posicionamentos moderados e interlocuções com as extremidades do partido.

As tendências de esquerda, mesmo que possuam divergências quanto ao processo de luta para tomar o poder do Estado, possuem características comuns. Todas têm uma ligação com a ideologia marxista e condenam as instituições representativas da democracia liberal. Enfocam um conceito de democracia adjetivada pelo socialismo e mesmo aceitando a luta pela via parlamentar, enfatizam a luta social e a ampla mobilização popular. Quanto à política de alianças,

estas se apresentam mais criteriosas, condenando ligações com os partidos de centro-direita. A maioria se mostra contra as leis econômicas impostas pela política neoliberal e pelo FMI.

No plano externo, o marco inicial que difundiu, na teoria política, a polarização esquerda-direita foi a Assembléia Nacional instalada no processo da Revolução Francesa, em cujo foro sentaram-se no centro os deputados liberais que se opunham ao regime, mas propugnavam por uma nova ordem social, enquanto os conservadores, que defendiam a manutenção do regime, postaram-se à direita; por conseguinte, restaram aos revolucionários os assentos à esquerda da mesa diretora dos trabalhos.

Durante o século XIX, com o surgimento de novas teorias como o anarquismo e o comunismo, que se opunham ao avanço do liberalismo, a orientação assumiu uma posição ideológica. Os partidos conhecidos como *de esquerda*, buscaram uma maneira de superarem a ordem capitalista, através da transformação gradual (reformistas), ou da ruptura (revolucionários). Na verdade se dividiram em revolucionários, evolucionistas e reformistas. Os revolucionários acreditavam que a revolução seria a única forma de romper com o capitalismo, os reformistas afirmavam que as forças burguesas não permitiriam as mudanças, era necessário associar-se a elas e os evolucionistas pregavam a mudança etapista, até o fim do capitalismo⁹.

Mas a dinâmica dos ideais tanto da esquerda quanto da direita sofreram mutações. Durante o processo de expansão do Capitalismo surgiram crises e com elas a necessidade de reestruturar a política de acumulação de capital. Em combate ao próprio avanço do socialismo, a política liberal capitalista incorporou valores do próprio socialismo gerando transformações, a exemplo do caso do Estado de bem-estar social. Com a crise do Estado de bem-estar social, o capitalismo encontrou na ideologia neoliberal sua nova ofensiva, capaz de proporcionar uma nova forma de inter-relações econômicas.

As transformações mundiais que ocorreram após a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria serviram de motor para a reorganização do capitalismo e concretização de sua forma atual que conhecemos como neoliberalismo. Um dos pontos de fundamentação da ideologia neoliberal, que representa o alimento teórico da prática política, são as práticas de desregulamentação, liberalização e privatização das atividades econômicas e serviços realizados pelo Estado.

Segundo Antunes (1999, p. 48) “[...] fundamenta-se por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social”.

Em resumo, podem se caracterizar hoje como esquerda socialista aqueles grupos ou partidos que lutam contra a tendência de mercantilização, apoiam-se num discurso de apelo social e buscam a política de cooperativismo e bem-estar. A direita se identifica com o sistema capitalista e se apóia no poderio econômico e militar. A dicotomia pode ser resumida em justiça social versus mercado, ou política antiliberal versus neoliberalismo.

Entre a esquerda e a direita temos o centro do espectro-político, qualificado como o posicionamento dos partidos que não acreditam na possibilidade de chegar a derrubar o capitalismo via processo revolucionário, mas admitem a implementação de alguns melhoramentos para satisfação de demandas sociais. Na verdade o capitalismo se tornou intransponível e é preciso inserir-se dentro das instituições políticas burguesas para atuar na legalidade e mudar a ordem criando um sistema humanizado. A via possível pregada pelo centro é o reformismo.

Retomando o posicionamento do PT através de suas teses, é possível observar que, ainda em seu I Congresso (1991), o marxismo-leninismo continuou presente no interior do partido. Muitas das teses apresentadas pregavam a ruptura violenta com a ordem social capitalista (BRANDÃO, 2003). Mas nas Resoluções Finais o partido apresentou uma crítica ao Socialismo Real como modelo ultrapassado, ressaltando que sua principal falha foi a falta de democracia e que a via socialista pela violência não tinha mais espaço em nenhuma sociedade. Em todo momento o partido explicitava a importância da democracia:

[...] o PT saudou as transformações ocorridas naqueles países, por significarem o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural. Entretanto, a confusão político-ideológica promovida por aqueles governos que se intitulavam “socialistas” e “populares” tem seu preço: hoje nos países do ex-“socialismo real”, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra. [...] O socialismo para ser humanista e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem

os seres humanos reais [...]. O PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento (RESOLUÇÕES..., 1999)

Continuando a exposição, o PT afirmou que a força para a construção de uma nova sociedade socialista estava na união dos grupos sociais, uma força que emanaria a partir dos movimentos sociais.

A partir deste congresso o PT apresentou um novo posicionamento em relação à implantação do Socialismo: começou a traçar um caminho adverso da via revolucionária. É interessante observar também que, após 1989, o partido passou por uma reorganização interna de suas tendências, em consequência do desmembramento do PRC e da Vertente Socialista. Surgiu a Democracia Radical, alojando-se à direita das forças no interior do partido.

Outros dois fatores são marcos neste processo de transformação teórica do PT. Primeiro pode-se observar a penetração do pensamento de Gramsci no interior de algumas tendências, sobretudo na Democracia Radical. Cada vez mais conceitos como guerra de posição, conquista da hegemonia, acúmulo de forças vão estar presentes tanto nas teses do partido como na formação de seus intelectuais.

O segundo elemento a ser destacado é exatamente a ampliação da política de alianças. Desde o V Encontro em 1987 a preocupação com a política de alianças é um dos eixos centrais. Anteriormente muito se contestou no interior do partido contra o processo de coligações. Nos Encontros o partido delimitava as possibilidades de alianças, contestando qualquer aproximação com organizações burguesas. As alianças eram vistas como uma necessidade para alargar as bases, conquistando largos setores das massas. No documento do V Encontro o partido explicita a necessidade de “[...] excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PTB, PFL, PMDB)”.

Até 2002, as alterações na política de alianças do PT não sofreram uma transformação abrupta, mesmo com a mudança da composição das forças internas, consolidando o poder da Articulação. As coligações avançaram, quando muito, em direção a partidos de centro, como o PSDB. As

derrotas eleitorais para o executivo funcionaram como pressões externas, que impulsionavam o processo de transformação já iniciado. Internamente, os choques aumentaram entre as tendências e os processos de transformação; aceleraram-se durante os anos de 1990. No VIII Encontro, em 1993, a opção pela política de alianças já apresentava sinais de mudança; o partido passou a buscar o apoio do pequeno e médio empresariado e a admitir no país a presença do capital estrangeiro.

Uma das justificativas para a derrota nas eleições presidenciais de 1994 girou em torno do fracasso no processo de alianças, pois o namoro com o PSDB não vingou e parte do PT, sobretudo a Articulação, responsabilizou a Direção Nacional, que se encontrava nas mãos da esquerda, pelo insucesso eleitoral. Esta responsabilização não contém as considerações e aspirações próprias do PSDB quanto a seu projeto político-eleitoral, que se apresentou com características neo-liberais, o que, por suposto, inviabilizaria a pretensa aliança; outra agravante residiria na indicação dos candidatos à presidência e vice-presidência da república.

A vitória da esquerda nas eleições para a direção do Diretório Nacional, em 1993, representou a reafirmação da força da esquerda no PT. Foi a primeira vez, desde a fundação a Articulação dos 113, que a esquerda comandaria o partido. Mesmo que a nova orientação partidária tenha inibido o avanço na política de alianças e tenha mantido, durante as eleições de 1994, um discurso restritivo, não conseguiu frear o processo de transformação que já vinha ocorrendo. Aliás, foi um momento de grande crise interna e reavaliação das práticas políticas do partido. Em 1995, no X Encontro, a Articulação retomou a direção do partido, passou a contar com a Democracia Radical e cristalizou-se como campo majoritário, não perdendo mais o controle do PT.

O processo de transformação do PT em um partido de centro-esquerda continuou de forma lenta, pois em nenhum momento as forças internas de esquerda deixaram de pronunciar-se ou de lutar para aprovar teses claramente esquerdistas. Em contrapartida, a Articulação foi conseguindo isolar a esquerda, e seu cheque mate foi dado em 1999, na realização do II Congresso do PT (RIBEIRO, 2003), quando conseguiu aprovar a alteração no processo de eleições diretas (PED), para escolha das direções em todos os níveis do partido (com voto separado para presidente).

As eleições deixaram de ser proporcionais e tornaram-se diretas, possibilitando a todos os filiados, que estivessem em dia com suas obrigações partidárias, participarem do processo eleitoral. Desta forma foi abolida a pluralidade de base.

Além de instituir as eleições diretas, a nova direção reconheceu que só os diretórios zonais ou municipais teriam poder de eleger delegados. Os núcleos perderam o poder de deliberação e, em decorrência, foram completamente esvaziados. O que para muitos era sinônimo de democratização, para outros representava cooptação ou manipulação do processo eleitoral.

Proveniente do debate do II Congresso, realizado em 1999, foi aprovado o documento “*Por uma Esquerda Republicana*”, no qual fica explícita a guinada teórica ideológica efetuada pelo partido.

Observe:

O II Congresso do PT está suscitando novamente debate público sobre o socialismo. Na tese que apresentamos para o Congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo por entendermos que este conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos [...]. Ao não defendermos o socialismo, não significa que passamos a aderir ao capitalismo como modelo econômico. Propomos uma esquerda que resgate as tradições históricas das lutas democráticas e republicanas, que na sua essência, são lutas por liberdade, por igualdade, por justiça, por cidadania e por direitos. Democracia, desde suas origens gregas, além da liberdade política e do pluralismo, significa também uma sociedade de equilíbrio, social e economicamente equitativa, com direitos iguais perante a lei [...]. O programa do PT deve atacar essas condições estruturais do capitalismo brasileiro que concentram a riqueza e a terra e impedem a democratização do capital e da propriedade. Promover uma radical reforma democratizadora do capital, da propriedade e das rendas, e republicanizadora do Estado, tem, no Brasil, o alcance de uma revolução.

O documento prima pela reforma, pela via da legalidade e concebe, como papel do partido, ampliar a democratização e, em conseqüência, trazer a igualdade social. Fazendo uma análise atenta do documento percebe-se que as propostas nele contidas não diferem de propostas da social democracia.

Todas estas mudanças evidenciaram o fortalecimento da Articulação, como campo majoritário e a defesa de um socialismo implementado pela via democrática e reformista. Para o fortalecimento do partido, buscou-se o crescimento dentro da arena institucional, ocupando cada vez mais seus espaços. A democracia representativa passou a ser o grande destaque, justificando que a partir da conquista do Governo Federal seria possível iniciar um processo de transformação. Para isto, tornaram-se necessárias as alianças com partidos de centro ou centro-direita, como estratégia para obter o comando do Executivo Federal.

Os resultados eleitorais para Alemg refletem todo este contexto político vivenciado pelo partido. Tanto o momento de maior fracasso – (as eleições de 1994 e 1998), como o de êxito eleitoral apresentam-se vinculados ao resultado obtido pelo partido em âmbito nacional. Para comprovar esta afirmação entrecruzamos as tabelas 1, 2, 3 e 4 com o quadro geral de evolução do número de deputados estaduais do PT em Minas Gerais. O resultado obtido, mostrou que, tanto em 1994, como em 1998, momento em que Lula perdeu as eleições ainda em primeiro turno, o número de deputados eleitos para Alemg também sofreu uma queda. Observe:

Tabela 1 Eleições Presidenciais de 1989

1º TURNO	1989	Candidato	Partido	Nº de votos		Nº de eleitores (votos válidos)			
				Brasil	MG	Brasil	%	M G	%
		FERNANDO COLLOR DE MELLO	PRN	20.611.030	2.801.534	72,28 milhões	28,5%	8,40 milhões	33,4%
		LUIS INÁCIO LULA DA SILVA	PT	11.622.321	1.792.781		16,1%		21,3%
		DEMAIS CANDIDATOS		35.392.535	3.163.688		49,0%		37,7%
1º TURNO	1989	Candidato	Partido	Nº de votos		Nº de eleitores (votos válidos)			
				Brasil	MG	Brasil	%	M G	%
		FERNANDO COLLOR DE MELLO	PRN	35.085.457	4.186.656	66,16 milhões	53,0%	8,02 milhões	52,2%
		LUIS INÁCIO LULA DA SILVA	PT	31.070.734	3.355.121		47,0%		41,8%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Tabela 2 Eleições Presidenciais de 1994

1994	Candidato	Partido	Nº de votos		Nº de eleitores (votos válidos)			
			Brasil	MG	Brasil	%	MG	%
	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	PSDB	34.364.961	4.536.780	63,31 milhões	54%	7,00 milhões	65%
	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	17.122.127	1.532.740		27%		22%
	ENEAS FERREIRA CARNEIRO	PRONA	4.671.457	478.926		7%		7%
	ORESTES QUERCIA	PMDB	2.772.121	232.528		4%		3%
	LEONEL DE MOURA BRIZOLA	PDT	2.015.836	66.834		3%		1%
	ESPERIDIAO AMIN HELOU FILHO	PPR	1.739.894	79.401		3%		1%
	CARLOS ANTONIO GOMES	PRN	387.738	44.063		1%		1%
	HERNANI GOULART FORTUNA	PSC	238.197	27.575		0%		0%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Tabela 3 Eleições Presidenciais de 1998

1998	Candidato	Partido	Nº de votos		Nº de eleitores (votos válidos)			
			Brasil	MG	Brasil	%	MG	%
	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	PSDB	35.936.540	4.225.240	67,72 milhões	53%	7,59 milhões	56%
	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	21.475.218	2.129.100		32%		28%
	CIRO FERREIRA GOMES	PPS	7.426.190	883.377		11%		12%
	ENEAS FERREIRA CARNEIRO	PRONA	1.447.090	156.826		2%		2%
	IVAN MOACYR DA FROTA	PMN	251.337	36.302		0%		0%
	ALFREDO HÉLIO SYRKIS	PV	212.984	29.689		0%		0%
	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	PSTU	202.659	28.466		0%		0%
	JOÃO DE DEUS B. de JESUS	PT do B	198.916	25.916		0%		0%
	JOSÉ MARIA EYMAEL	PSDC	171.831	25.673		0%		0%
	THEREZA TINAJERO RUIZ	PTN	166.138	19.839		0%		0%
	SERGIO BUENO	PSC	124.569	14.230		0%		0%
	VASCO AZEVEDO NETO	PSN	109.003	14.139		0%		0%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Tabela 4 Eleições Presidenciais de 2002

	2002	Candidato	Partido	Nº de votos		Nº de eleitores (votos válidos)			
				Brasil	MG	Brasil	%	MG	%
		LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	39.455.233	4.990.085	85,11 milhões	46,4%	9,40 milhões	53,1%
		JOSÉ SERRA	PSDB	19.705.445	2.151.597		23,2%		22,9%
		WILLIAM GAROTINHO M. DE OLIVEIRA	PSB	15.180.097	1.359.073		17,8%		14,5%
		CIRO FERREIRA GOMES	PPS	10.170.882	862.231		12,0%		9,2%
		JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	PSTU	402.236	43.881		0,5%		0,5%
		RUI COSTA PIMENTA	PCO	38.619	6.264		0,0%		0,1%
2º TURNO	2002	Candidato	Partido	Nº de votos		Nº de eleitores (votos válidos)			
				Brasil	MG	Brasil	%	MG	%
		LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	52.793.364	6.384.690	85,11 milhões	62,0%	9,40 milhões	67,9%
		JOSÉ SERRA	PSDB	33.370.739	3.223.960		39,2%		34,3%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Quadro geral de evolução do número de deputados estaduais do PT em Minas Gerais

CARGO	Nº DE VAGAS P/ MG	1982		1986		1990		1994		1998		2002	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Deputado Federal	53	1	1,9	3	5,7	6	11,3	6	11,3	7	13,2	11	20,8
Deputado Estadual	77	1	1,3	5	6,5	10	13,0	8	10,4	5	6,5	15	19,5

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de MG

Entretanto, já ressaltamos anteriormente que o resultado para as eleições proporcionais não pode ser explicado apenas por uma vertente. É preciso elencar diversos fatores para que se diminua a possibilidade de erros. Sendo assim, sem fechar as diversas perspectivas, é possível colocar em destaque um ou outro fator. Neste caso, optei por mostrar como o processo de centralização do PT dentro do espectro-político foi de suma relevância para o êxito eleitoral em 2002. A partir do momento em que se ampliou o leque de alianças, utilizando a imagem de um partido de direita (PL), o PT conseguiu atrair parte substancial do eleitorado ainda em primeiro turno¹⁰.

A nova política de alianças foi uma determinação aprovada no II Congresso Nacional do partido, efetivando uma prática diferente da tradição petista. Com objetivo de aumentar as chances de ganhar as eleições de 2002, foi aprovada a coligação com o PL, um partido historicamente adversário do PT. Este processo de mudança na política de alianças acirrou um debate interno no partido, gerando até “[...] renúncias de candidatos ao governo do estado como Heloísa Helena, em Alagoas” (LEAL, 2003, p. 3).

Tabela 12 – Votos para as coligações do PT nas eleições proporcionais em Minas Gerais

Eleição	Coligação	Votos válidos	Votos na coligação do PT	Percentual
1990	PT/PCB/PSB/PCdoB	4.657.147	376.948	8,9
1994	PT/PCB/PSB/PSTU/PV/PPS	5.407.883	138.904	2,5
1998	PT/PSB	7.416.634	161.002	2,1
2002	PT/PL/PCdoB	9.563.911	416.475	4,3

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Observando a tabela de coligações, é possível verificar que os resultados vinculam-se aos resultados analisados anteriormente; os votos na legenda sofreram a mesma flutuação que os votos obtidos pelo partido e pelos candidatos. Vale ressaltar que o eleitorado e conseqüentemente os votos válidos cresceram substancialmente ao longo dos anos. Comparando 1998 com 2002, nota-se um crescimento dos votos de legenda muito superior ao dos votos válidos, pois, enquanto os votos válidos cresceram 13%, os votos de legenda cresceram 26%.

Para concluir é possível afirmar que a guinada do PT rumo ao centro do espectro-político foi de extrema importância para o crescimento do partido como um todo e, em particular, para o crescimento da bancada do partido na Alemg.

Este processo de transformação não representou o fim da polarização esquerda e direita. Essa bipolaridade, representada também por socialismo versus capitalismo, ainda está presente na luta política partidária. A esquerda prioriza a luta social em detrimento da ampliação dos espaços de poder dentro das instituições políticas, neste caso acreditam que o melhor mecanismo para o estabelecimento do socialismo é a democracia direta e que a ampliação do espectro de alianças para além dos partidos de esquerdas tende a promover uma degeneração. Do outro lado, as tendências de direita priorizam a democracia representativa e a luta institucional e, quanto à política de alianças, defendem a união com partidos de centro.

O fim do socialismo real, na verdade, representou uma derrocada na via pela qual se implementaria o processo de transformação da sociedade, exigindo que os partidos de esquerda mudassem seu posicionamento, uma vez que seus discursos não mais encontraram eco na sociedade. Deste modo, a partir desta guinada rumo ao centro, que ocasionou o isolamento das tendências de esquerda, o PT abandonou sua política de partido anti-sistema juntamente com a perspectiva revolucionária e aderiu a uma prática política reformista, acreditando que as mudanças somente podem ocorrer por meio das próprias instituições do Estado, sem a necessária superação imediata do capitalismo, ora apresentando-se no estágio neoliberal, mas a partir de mudanças gradativas.

Notas

- 1 Mainwaring (2001) classifica o PL como um partido de direita, altamente conservador, com práticas políticas que visam manter o status quo.
- 2 Não vou explicitar a teoria de Panebianco, para o autor o processo de transformação se dá a partir de três fases analíticas: crise interna, mudança nas forças do grupo dirigente e reestruturação organizacional. Para aprofundar na teoria consultar Panebianco (1990).
- 3 No quadro acima foram listadas tendências de expressão nacional, as siglas significam: Convergência Socialista(CS); Democracia Socialista (CS); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); Partido Revolucionário Comunista (PRC); Causa Operária (CO); O Trabalho (OT); Movimento por uma Tendência Marxista (MTM); Força Socialista (FS); Nova Esquerda (NE); Vertente Socialista (VS); Democracia Radical (DR); Opção de Esquerda (OE); Unidade na Luta (UL) Nova Democracia (ND); Socialismo e Liberdade (SL).
- 4 Quadro referente ao jogo de forças ideológica do PT, elaborado a partir dos dados apresentados em Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

ANOS SELECIONADOS	ESQUERDA	DIREITA
3º Encontro Nacional (1984)	34,2%	65,8%
4º Encontro Nacional (1986)	27,8%	72,2%
5º Encontro Nacional (1987)	40,6%	59,4%
7º Encontro Nacional (1990)	27%	73%
8º Encontro Nacional (1993)	55,6%	44,4%
10º Encontro Nacional (1995)	46,2%	53,8%
11º Encontro Nacional (1997)	37,8%	62,2%
2º Congresso Nacional (1999)	32,8%	67,2%

- 5 Os fatos históricos que serão apresentados encontram-se narrados de forma resumida uma vez que a análise detalhada não contribuiu diretamente para a comprovação teórica proposta neste artigo. Para maior conhecimento dos fatos consultar Keck (1991)
- 6 Não será analisado nesta pesquisa o processo de consolidação de uma nova ordem mundial. É tema é abrangente demais e não se apresenta como elemento fundamental para compreensão deste trabalho. À medida que julgar necessário será esclarecido os conceitos que realmente se tornam elementares para compreensão do texto.
- 7 Esta análise produzida pelo partido encontra-se detalhada em Partido dos Trabalhadores. Resoluções de encontros e congressos 1979-1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 492-501.
- 8 Este debate, que enfoca a crise do socialismo real, as mudanças nas políticas de esquerda e a tendência à centralização dos partidos políticos, é polêmico e apresenta elementos diversificados. Para aprofundar no tema ler: THERBORN, Goran. *European modernity and beyond. The trajectory of European societies, 1945-2000*. Londres: Sage, 1996; SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 e SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo II*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- 9 O histórico sobre a divisão da esquerda e as opções revolucionárias assim como as diferentes práticas políticas podem ser encontradas em HOBBSAWM, E. J. et al. *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. v. 3, 4, 5 e 6.
- 10 Não vou destacar aqui as alianças para o segundo turno, pois o processo de eleições proporcionais ocorre apenas em primeiro turno.

REFERÊNCIAS

- 1 BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do partido dos trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- 2 KECK, Margareth E. PT. *A lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

-
- 3 LEAL, Paulo Roberto Figueira. *A unidade na diversidade: concepções sobre representação política e práticas organizativas dos mandatos dos deputados federais do PT (Legislatura 1999-2002)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
 - 4 PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza, 1990.
 - 5 RIBEIRO, P. J. F. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. *Revista do autor*, São Paulo: dez. 2003. Disponível em: <www.revistaautor.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2004.
 - 6- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Tradução de Waltensir Dutra Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político; 43).